

29

Democracias sentem-se ameaçadas

Viena — Os países mais endividados da América Latina advertiram que a perda de capitais causada pelo pagamento de suas enormes dívidas está levando suas economias a uma crise prolongada e ameaçando as novas democracias. Brasil, México e Argentina ressaltaram a necessidade de um financiamento novo e mais flexível para incentivar a recuperação econômica, capaz de livrar a região de sua pesada dívida externa de 350 bilhões de dólares.

"O que não me parece possível é continuarmos indefinidamente pobres e conservar a liberdade e a dignidade", disse o presidente do Banco Central da Argentina, Alfredo Concepcion, durante a 26ª Assembléia anual do Banco de Desenvolvimento Interamericano-BID. Delegados de vários países afirmaram que embora tenham adotado severas medidas de austeridade os pagamentos da dívida estão esgotando os recursos gerados por uma modesta elevação do crescimento econômico em 1984.

Ao mesmo tempo, as altas taxas de juros, a supervalorização do dólar, estão concentrando capitais nos Estados Unidos e tornando cada vez mais difícil obter financiamentos necessários para os investimentos produtivos, afirmaram. O Ministro das

Finanças do México, Jesus Silva Herzog, disse que se as condições internacionais não melhorarem, a recuperação econômica da região estará em perigo e o mesmo acontecerá com as novas democracias". Considerou paradoxal o fato de que a crise possa anular os benefícios trazidos pela abertura democrática.

O diretor da Área Externa do Banco do Brasil, Sérgio Silva de Freitas, observou que o superávit da balança comercial equivale ao pagamento do serviço da dívida. "Dúvido muito que o crescimento econômico possa continuar indefinidamente em meu país, enquanto permanecer essa enorme transferência de recursos ao exterior", afirmou.

Durante o encontro, os Estados Unidos manifestaram com energia sua oposição à liberalização dos créditos do BID aos países da América Latina. O Secretário-Adjunto do Departamento do Tesouro norte-americano, David Mulford, disse que não se trata de uma "obsessão" pela condicionalidade na concessão dos empréstimos, mas da necessidade de atender a determinados normas, como as políticas econômicas de cada país.

Leia editorial "Hiato Econômico"